
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA – IPREMED**, pessoa jurídica de direito público interno, instituído pela lei 081/2005, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.902.410/0001-77, situado à Rua Paraguai 1801, sala 4, nesta cidade e comarca de Medianeira, Estado do Paraná.

INTRODUÇÃO

Este documento formaliza os objetivos e restrições de investimentos da gestão dos recursos do IPREMED, através da designação dos segmentos, ativos financeiros, faixas de alocação, restrições, limites e tipo de gestão, com o propósito de garantir a continuidade de um gerenciamento prudente, eficiente e transparente destes ativos. A referida política anual de investimentos para o exercício financeiro de 2011 foi aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência em data de 10 de março de 2011, cuja deliberação consta através das atas sob nº 003/2011 e 004/2011 anexas às folhas 008 respectivamente para a vigência no curso do exercício financeiro de 2011.

1 – CENÁRIO MACROECONÔMICO E ANÁLISE SETORIAL PARA INVESTIMENTOS

Ao avaliar o cenário macroeconômico, e considerando relatório do Banco Central do mês de dezembro de 2010, faz-se necessário voltarmos nosso olhar para a economia interna e externa, para as mudanças ocorridas no poder central, para as crises internacionais, em especial nos países árabes, o que nos faz refletir e assumir uma postura cautelosa em relação às aplicações financeiras. Em face do mercado apresentar grandes oscilações, tendo em vista os cenários nacionais e internacionais, consideramos a renda fixa um porto mais seguro, sendo assim, excluimos a princípio, a alocação em aplicações nas chamadas rendas variáveis. A análise do cenário macroeconômico é fundamental para a definição da estratégia de investimento dos recursos do RPPS. Desta forma, o objetivo e os limites estabelecidos nesta política de investimentos foram elaborados tendo em vista as expectativas de inflação, de juros, de crescimento do PIB e de câmbio, entre outras variáveis. O Relatório Focus do Banco Central emitido em 05/11/10 apresentou as seguintes expectativas:

EXPECTATIVA DE MERCADO 2011

ECONOMIA: PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) ANUAL 4,50%

JUROS: META TAXA SELIC FINAL 2011 11,75%

CÂMBIO: R\$/US\$ 1,77

INFLAÇÃO: IPCA ANUAL 4,99%; IGP-DI ANUAL 5,18%; IGP-M ANUAL 5,30% e IPC - FIPE ANUAL 4,71%

A expectativa é de um novo aumento da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 11,25% (onze vírgula vinte e cinco por cento) ao ano. A segunda reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no governo Dilma Rousseff, dias 01 e 02/03/2011, ocorreu num ambiente de expectativas deterioradas em relação à inflação - assunto que incomoda o governo, por reconhecer que causas objetivas ao longo dos últimos meses moldaram essa percepção dos agentes econômicos. No que tange à inflação, que em 2011 iniciou em alta e tem superado até as expectativas mais pessimistas, se eleva e piora as projeções dos cenários para os exercícios financeiros de 2011 e 2012.

Medidas prudenciais já foram tomadas pelo novo governo, que estaria transformando suas palavras em ações de governo, como o reajuste do salário mínimo para R\$ 545 (quinhentos e quarenta e cinco reais), cuja aprovação foi necessário enfrentar e superar a resistência das centrais sindicais e da própria base aliada. O detalhamento do corte de R\$ 50 bilhões de reais, do orçamento da união, veio reforçar o compromisso com a meta fiscal. E o próprio resultado das contas públicas de janeiro, com superávit de R\$ 17,7 bilhões é entendido como consistente com a meta para o ano, de R\$ 117,9 bilhões.

Como fator imponderável neste momento, os desdobramentos da crise da Líbia e demais países da região, podem afetar o processo de recuperação das chamadas economias maduras, em especial da Europa, e adicionar mais pressões inflacionárias às economias emergentes. Mas num cenário como o descrito acima, fica a pergunta: será que o comitê de política monetária vai se deixar contaminar pelas angústias do mercado e recalibrar o aumento da Selic para 0,75 pontos percentuais, contra a expectativa de 0,50 que predominava até a semana passada?

De acordo com essa visão, a reação de descontrole seria em decorrência de pelo menos cinco fatores que vêm desde o período de transição do governo.

O primeiro seria o ceticismo quanto ao compromisso do novo governo com o equilíbrio macro-econômico. Em dezembro, o Banco Central (BC) não elevou a Selic, optando por medidas prudenciais que suscitaram dúvidas quanto à sua eficácia na moderação da demanda. O terceiro fator seria em relação à autonomia da nova diretoria do BC para elevar a taxa de juros. O quarto ponto, as incertezas quanto a real disposição do governo de cumprir as metas fiscais. E, finalmente, a própria inflação, que entrou 2011 em alta acima das expectativas mais pessimistas. A inflação corrente se eleva e pioram as projeções sobre 2011 e 2012.

Quebrar essa onda de pessimismo pressupõe dominar as causas. E é nisso que se sustenta a estratégia do governo. A avaliação é de que entre os agentes econômicos não pode haver mais dúvida quanto ao compromisso do governo em relação ao equilíbrio macroeconômico, especialmente sobre a sua vertente mais frágil nesse período de desconfianças, a disciplina fiscal, que requer enfrentar pressões internas e externas.

Ainda segundo essas análises, também não pode haver mais dúvidas sobre a autonomia e a disposição do BC para aumentar a taxa Selic. Nesse contexto de crise que afeta de forma diversa os países, o Brasil foi o que mais aumentou juros até agora, 0,5 pontos percentuais em janeiro, e possivelmente aumentará também na próxima reunião.

Uma pesquisa feita pelo Banco Central na semana passada mostra que o mercado financeiro já se convenceu de que o impacto das medidas prudenciais (aumento dos depósitos compulsórios e custos mais alto nos empréstimos de prazo mais longo) equivale, na maioria das opiniões, a 0,75 pontos percentuais da Selic. Ou seja, o efeito de tais medidas não é nada desprezível.

Recomenda-se, contra a pressão inflacionária, firmeza. Quanto à ansiedade e o pessimismo, serenidade. Essa é a resposta.

Estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011 de 4,6% para 4,5%. Para 2012, a previsão do mercado de crescimento da economia brasileira permaneceu inalterada também em 4,5%.

Os economistas dos bancos mantiveram a previsão de que a taxa Selic avançará para 11,75% ao ano em março e de que terminará 2011 em 12,50% ao ano.

2 – OBJETIVOS DA GESTÃO:

Diante do regramento da política anual de investimentos que tem seu papel focado na gestão dos ativos em longo prazo, a gestão deste RPPS tem o objetivo de definir as diretrizes básicas quanto aos limites de risco; adequação aos fundamentos legais; rentabilidade mínima a ser alcançada com a alocação de recursos visando resguardar o patrimônio, mediante investimentos que contemplem menor risco, bem como atingir o equilíbrio financeiro através da superação de sua meta atuarial fixada em 6% a.a + INPC, fundamentados em critérios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

3 – ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS – INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

O IPREMED investirá os seus recursos através da compra de cotas de Fundos de Investimentos, momentaneamente em instituições financeiras oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e privadas (Banco Itaú S.A). Para os investimentos no segmento de renda fixa, será dada preferência às aplicações cujo Benchmark esteja contido no grupo dos títulos federais. O IPREMED efetuará seus investimentos financeiros através de fundos de investimentos não exclusivos. Portanto, os investimentos dentro da carteira de cada fundo são definidos pelo seu gestor, com base em metodologias utilizadas internamente pela instituição administradora de recursos, os quais deverão observar os princípios estabelecidos pela Resolução CMN nº. 3.922/2010. A inobservância da Resolução CMN nº 3.922/2010 por parte dos gestores dos fundos de investimentos contratados ensejará o desinvestimento dos recursos alocados.

Assim, os recursos disponíveis deverão ser aplicados em fundos de investimento de renda fixa mediante as decisões dos gestores do IPREMED, aprovado pelo CMP, quanto às categorias de investimentos, alocações, limites e restrições descritos nesta Política de Investimentos, mais especificadamente no Demonstrativo da Política de Investimento.

4 – CRITÉRIO DE CONTRATAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL.

Somente poderão habilitar-se a receber investimentos do IPREMED, as instituições financeiras que forem previamente selecionadas e credenciadas para este fim, mediante processo elaborado pela Diretoria executiva e aprovado pelo CMP.

A Instituição interessada deverá responder a questões elaboradas pela diretoria executiva, onde serão abordados aspectos institucionais, tais como:

- patrimônio líquido da instituição;
- volume de recursos administrados;
- experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros;
- histórico e credibilidade da instituição junto ao mercado financeiro;
- experiência positiva no segmento dos RPPS, através de declaração reconhecida em cartório;
- estar listada entre as 50 (cinquenta) maiores administradoras de ativos por patrimônio líquido e, cumulativamente, estar entre as 50 (cinquenta) maiores gestoras de fundos de investimentos, conforme o mais recente ranking divulgado pela ANBIMA;
- não possuir condenação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nos últimos 5 anos anteriores à seleção;

- apresentar ato de registro ou autorização expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- certidões negativas de impostos, taxas e contribuições sociais, relativas aos entes municipal, estadual e federal;
- outros critérios que poderão ser definidos por ocasião do processo de seleção e credenciamento.

O credenciamento será válido por tempo indeterminado, podendo tal diretoria solicitar atualizações de dados a qualquer tempo em que julgar necessário.

5-TESTES COMPARATIVOS E DE AVALIAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS GESTORES E DA DIVERSIFICAÇÃO DA GESTÃO EXTERNA DOS ATIVOS

Objetivamente a gestão possui 03 fundos de investimentos sendo:

Banco Itaú:

ITAÚ INSTITUCIONAL RF INFLAÇÃO LP FICFI – na política deste fundo o mesmo compra cotas do MIX Inflation IB Renda FI. O FI busca obter valorização compatível com a variação do IMA-B no longo prazo, aplicando seus recursos em ativos de renda fixa direta, ou indiretamente, relacionados a taxa de juros doméstica e/ou índices de preços, mantendo a carteira com prazo médio à 365 dias.

Esta aplicação abre o exercício de 2011 com o capital de R\$ 200.760,65 (Duzentos mil setecentos e sessenta reais sessenta e cinco centavos).

Caixa Econômica Federal:

CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PUBLICOS RF - Sua política tem como objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio de aplicações em carteira composta por títulos públicos federais, indexados à taxas prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da administradora. As aplicações deste fundo deverão estar representadas por 100% de títulos de emissão do tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil em operações finais e/ou compromissadas.

Esta aplicação abre o exercício de 2011 com o capital de R\$ 1.083.292,35 (Hum milhão oitenta e três mil duzentos noventa e dois reais trinta e cinco centavos).

Banco do Brasil:

BB RPPS RF CONSERVADOR – Para alcançar seus objetivos, o Fundo aplicará seus recursos, exclusivamente, em títulos públicos federais registrados no SELIC e ou operações compromissadas lastreadas em títulos federais registrados no SELIC.

Deverá manter 80% em ativos cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou índice de preços;

No mínimo 70% como parâmetro de rentabilidade o sub-índice IRF_M (Índice de renda fixa do mercado)

Poderá investir até 15% da carteira em operações compromissadas lastreadas exclusivamente em títulos de emissão do tesouro nacional, registrados no SELIC.

Esta aplicação abre o exercício de 2011 com o capital de R\$ 765.906,28 (Setecentos sessenta e cinco mil novecentos e seis reais vinte e oito centavos).

O desempenho dos gestores e seus fundos de investimentos serão avaliados trimestralmente pelo CMP - Conselho Municipal de Previdência, por meio de relatório detalhado, elaborado pela diretoria financeira, que deverá no mínimo conter:

- instituições financeiras que detém cada um dos investimentos;
- modalidade de investimentos, nome do fundo e respectiva taxa de administração;
- valores aplicados, respectiva rentabilidade e o índice de rentabilidade em cada um dos últimos 03 meses.
- Índice de rentabilidade acumulado no ano, em relação a cada uma das aplicações e comparação com a Meta Atuarial e o indexador almejado, e;
- Percentual da distribuição das aplicações financeiras em relação aos recursos do IPREMED.

Por decisão do CMP, serão passíveis de sugestões de resgates, parcial ou total, os investimentos que apresentarem retorno inferior à meta atuarial. Tal degradação poderá ser decorrente de elevação expressiva na volatilidade da carteira, ou retornos muito inferiores aos obtidos por carteiras semelhantes no mercado, ou por outros critérios que a Diretoria Executiva considere pertinente.

6 – OBSERVAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange a escolha do indexador nesta política para 2011 levou-se em consideração o cenário ocorrido em 2010, sendo:

ANUAIS – REAL PREVISÃO			
Indicadores	2010 Real	2011 Previsão	2012 Previsão
IPCA	5,91	5,78	4,80
IGP-DI	11,31	6,77	4,88
IGP-M	11,32	6,87	4,70
IPC - FIPE	6,41	5,49	4,70
INPC	5,90	5,40	--
PIB	7,50	4,29	4,50

Balança Comercial (US\$ bilhões)	20,28	13,00	7,35
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/Us\$)	1,67	1,70	1,77
Over-Selic – fim de período	8,75	12,50	11,25

A opção pelo INPC deu-se em razão que o mesmo mede a variação de preços para o consumidor e assim presume-se ser o índice mais adequado para manutenção do poder de compra.

A presente política de investimentos poderá ser revista caso ocorram mudanças na legislação e/ou critério no cenário macroeconômico, objetivando a otimização dos resultados dos investimentos e a integridade do patrimônio do IPREMED.

As informações contidas na presente política e suas revisões serão disponibilizadas pelo IPREMED, por meio da sua publicação na imprensa oficial do município em seu endereço eletrônico WWW.medianeira.pr.gov.br

Sem prejuízo das competências previstas nesta Política Anual de Investimentos, o gestor habilitado para fins do disposto no art. 2º da Portaria 155 de 15.05.2008 é a Sra Maria Gorete Marca, CPF nº 513.444.409-91, com certificação CPA-10 pela ANBIMA válido até 23/11/2013, ocupante de cargo efetivo com vínculo no Município de Medianeira.

Medianeira, aos 10 de Março de 2011.

Carlos Alberto Caovilla
Presidente Ipremed

Maria Gorete Marca
Gestor Certificado

Membros do Conselho Municipal Previdência – Decreto 405/2010

Aguinaldo Bodanese
Presidente CMP

Nélia Bender
Secretária

Estela Siqueira
Membro

Rui José Dall'Oglio
Membro

Sandra Márcia Menegol
Membro